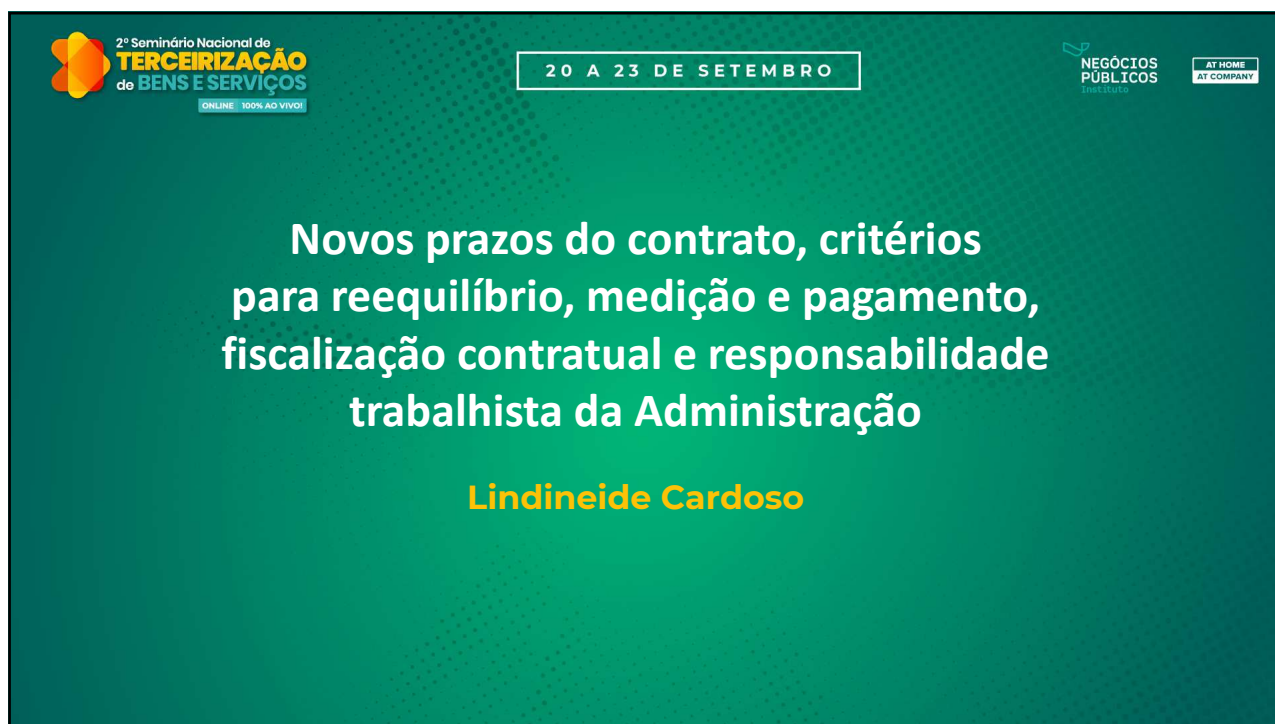




1



2

NOVOS PRAZOS DO CONTRATO

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não, não para*

Cazuza



3

PRAZOS CONTRATUAIS - REGRAS TRADICIONAIS

LEI 8.666/1993 (art. 57)

REGRA: a limitação ao exercício financeiro como regra, excetuando-se apenas as hipóteses previstas em seus próprios incisos.



LEI 13.303/2016 (art. 71)

REGRA: duração de até 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração



4

NOVOS PRAZOS DE CONTRATO-REGRAS DA LEI 14.133/2021

DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 105.

- **REGRA:** duração por mais de um exercício
- Prevista em edital
- Observados, no momento da contratação e a cada exercício financeiro:
 - disponibilidade de créditos orçamentários;
 - previsão no plano plurianual.

Sempre que ultrapassar o exercício financeiro

5

ATÉ 5 ANOS



PARA CONTRATOS – DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO CONTÍNUOS (fornecimento de bens, aluguel de equipamentos, utilização de programas de informática).

DIRETRIZES:



- a autoridade competente do órgão ou entidade ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- a Administração ateste, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- a Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5

6

COMPLICOU????????????????

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do artigo 106 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato **e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.**

NÃO É A DATA DE ANIVERSÁRIO!!!!



7

RESOLVENDO A REDAÇÃO CONFUSA:

- ❑ NÃO PODERÁ OCORRER EM PRAZO INFERIOR A 2(DOIS) MESES, **CONTADO DA REFERIDA DATA** – QUAL DATA?
 - ✓ A DATA DA DECISÃO QUE IDENTIFIQUE A AUSÊNCIA DE VANTAJOSIDADE NA MANUTENÇÃO DO CONTRATO
- ❑ EXEMPLO:
 - CONTRATO VIGENTE ATÉ 1º DE AGOSTO DE 2022
 - QUANDO DEFINO SOBRE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO? **NO INÍCIO DE 2022**
 - QUANDO DEFINO SOBRE A VANTAJOSIDADE? NO INÍCIO DE CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO OU DURANTE A INSTRUÇÃO DA PRORROGAÇÃO (4, 5, 6 MESES ANTES DE FINALIZAR O CONTRATO).
- ❑ O QUE SE PRETENDE?
 - ✓ evitar efeito surpresa;
 - ✓ oportunizar tempo para desmobilização/preparo do contratado para descontinuidade dos serviços
 - ✓ dever de planejamento da administração pública



8

PRORROGAÇÃO E COM DURAÇÃO DE ATÉ 10 ANOS

Art. 107.

- Para serviços e fornecimentos contínuos.
- Vigência máxima decenal.
- Previsão em edital (ou no contrato).
- Que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.
- Permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CONTRATOS CELEBRADOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 10 ANOS

Art. 108.

- Nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75;



9

PRAZO INDETERMINADO

Art. 109.

- Usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.
- Comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.



10

ATÉ 35 ANOS – CONTRATOS QUE GEREM RECEITA E NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA

Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de:

I – até 10 (dez) anos, nos contratos SEM investimento DO CONTRATADO

II – até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos COM investimento, DO CONTRATADO



11

PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA - ESCOPO

CONTRATOS POR ESCOPO – PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA

Art. 111.

- ☐ O CUMPRIMENTO DO PRAZO PERMANECE COMO OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO
- ☐ PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA
- ☐ OPERA *ope legis* – decorre da Lei
- ☐ PRESCINDE DE TERMO ADITIVO
- ☐ **COMO ATUA A FISCALIZAÇÃO?**

☐ **Se a não conclusão decorre de culpa do contratado:**

- o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas e até mesmo extinção do contrato;
- Adoção de medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



12

FORNECIMENTO E SERVIÇO ASSOCIADO

CONTRATOS FIRMADOS SOB O REGIME DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO

- ☐ **vigência máxima = prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra + prazo relativo ao serviço de operação e manutenção**
- ☐ serviço de operação e manutenção – limitado a 5 anos. Contados do recebimento do objeto.
- ☐ Autorizada a prorrogação decenal (art. 107)

VIGÊNCIA DE ATÉ 15 ANOS

Art. 114. O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.

- ❖ Programa de informática – até 5 anos (art. 106)
- ❖ Sistemas estruturantes de tecnologia da informação - até 15 anos (art. 114)



13

CRITÉRIOS PARA REEQUILÍBRIO MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14

O QUE É O REEQUILÍBRIO?

• O reequilíbrio econômico-financeiro equivale à **manutenção da equação financeira do contrato**, prejudicada pela incidência de fatores imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis (álea extraordinária)

• **Fundamento** - inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, quando alude “**mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**”, trata-se de verdadeira proteção à equação econômico-financeira do contrato, direito que assiste tanto ao contratado como à Administração contratante.



15

QUANDO DEVE OCORRER A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO?



16

REEQUILÍBRIO – REGRA GERAL E OBJETIVOS

- ❑ Regra geral - **todo fato** que cause um **desequilíbrio** ao contrato, impondo um peso desigual **a uma das partes**, impedindo-a de cumprir o contrato(...), caracterizando-se como **álea extraordinária**, **justifica o reequilíbrio contratual**.
- ❑ Respeitada a **repartição objetiva de risco** (alocação de riscos, se houver)
- ❑ Decorre do princípio da **segurança jurídica**

(STF. RE 571.969/DF, Relª. Min. Carmen Lúcia)



17

OBJETO DO REEQUILÍBRIO

O restabelecimento/manutenção da equação econômico-financeira do contrato, quando abalada por:

1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado;
2. Caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.



18

CRITÉRIOS PARA O REEQUILÍBRIO

Não precisa haver estipulação contratual, pois decorre de mandamento constitucional, que tem por objetivo resguardar o interesse público

Há que se existir um fator extraordinário causador do desequilíbrio do contrato, que torne a revisão necessária - **lembre-se**: não é qualquer desequilíbrio, mas sim aquele que apto a representar um peso substancial para uma das partes

Que o desequilíbrio enseje, obrigatoriamente, **revisão**, para que se recomponha o equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato (reequilíbrio)

Que o pedido de reequilíbrio comprove, além das situações previstas na legislação, a efetiva perda ou quebra da equação financeira, apontado, de forma precisa os itens afetados, através de planilha de custos.

Que o pedido seja formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 131) Termo Aditivo formal, que estampe o reequilíbrio e seja publicado no PNCP



19

MATRIZ DE RISCOS COMO CLÁUSULA CARACTERIZADORA DO EQUILÍBRIO

Art. 6º.

XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e **caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência; (...)



20

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- ❑ FASE DO PLANEJAMENTO: quando da elaboração do Termo de Referência (alínea “g”, inciso XXIII, do art. 6º).
- ❑ CLÁUSULA NECESSÁRIA: “os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento” (art. 94).
- ❑ CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES: existência de um cadastro **não mais fundado no atendimento de meras formalidades**, e sim no desempenho do licitante/contratado. Que terá registrada a sua atuação no atendimento das obrigações pactuadas, competindo ao contratante atestar a avaliação realizada, mediante emissão de certificado, seguindo critérios objetivos e indicadores previamente definidos, inclusive fazendo constar o registro de eventuais penalidades aplicadas (§§ 3º e 4º do art. 88).
- ❑ IMR
- ❑ No caso de **controvérsia sobre a execução do objeto**, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143).



21

FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS



22

2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
THALES GROUP

AT HOME
AT COMPANY

**QUEM QUER SER
UM GESTOR
/FISCAL DE
CONTRATOS?**



23

2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
THALES GROUP

AT HOME
AT COMPANY



AGENTE DO 67




TURMA DA IN 05/2017



AGENTES DO 117


24



2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS

ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO



NEGÓCIOS
PÚBLICOS

AT HOME
AT COMPANY

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.


1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.


Responsabilidade. Contrato administrativo. Fiscal.

O fiscal de contrato designado, caso entenda não possuir conhecimento técnico para exercer suas competências, deve alegar o fato ao seu superior em tempo hábil, para adoção das medidas pertinentes, sob risco de vir a responder por eventual prejuízo causado ao erário (art. 67, § 2º, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 10868/2018-
Segunda Câmara




25



2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS

ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO



NEGÓCIOS
PÚBLICOS

AT HOME
AT COMPANY

Quem pode ser gestor ou fiscal de contrato?

Servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes (preferencialmente)

Servidor temporário
JUSTIFICADAMENTE

Servidor
Comissionado
JUSTIFICADAMENTE


REQUISITOS:

- Formação compatível.
- Vedação de relações conjugais e de parentesco com licitantes ou contratados da Administração.
- Obediência ao princípio da Segregação de Funções.

A ausência de designação formal não obsta a responsabilização do agente que tenha praticado atos concernentes à função de fiscal de contrato, como o atesto de notas fiscais.

Acórdão 12489/2019-Segunda Câmara


26



**2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS**


ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO



AT HOME
AT COMPANY

O APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA E ÓRGÃOS DE CONTROLE



Art. 8º, § 3º. As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e **à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno** para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

Art. 117. § 3º. O fiscal do contrato **será auxiliado** pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes **para prevenir riscos na execução contratual.**

27



**2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS**

ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO



AT HOME
AT COMPANY

MODELO DE FISCALIZAÇÃO ADOTADO PELA LEI 14.133



CONTRATAÇÃO DIRETA

APLICAÇÃO DA IN 05/2017, NO QUE COUBER

APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA E CONTROLE INTERNO

28

2º Seminário Nacional de **TERCEIRIZAÇÃO** de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
AT HOME AT COMPANY

**Inciso I, art. 40, IN
- Da Gestão**

**Inciso II, art.40, IN
05/2017 -Da
Fiscalização
Técnica**

**Inciso III, art.40, IN
05/2017 - Da
Fiscalização
Administrativa**

**Inciso IV, art.40, IN
05/2017 - Da
Fiscalização
Setorial**

**Inciso V, art.40, IN
05/2017 - Da
Fiscalização do
Público Usuário**



29

2º Seminário Nacional de **TERCEIRIZAÇÃO** de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
AT HOME AT COMPANY

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Da Fiscalização Administrativa
Inciso III, art.40, IN 05/2017
É o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

OBRIGAÇÕES

- ☐ TRABALHISTAS
- ☐ PREVIDENCIÁRIAS
- ☐ SOCIAS

RESPONSABILIDADES:

- ☐ SOLIDÁRIAS
- ☐ SUBSIDIÁRIAS



30

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Art. 50. Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, **o contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:**

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.



31

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Art. 121

❑ Nas contratações com DEMO, **para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:**

✓ Exigir garantias.

✓ **condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato (TCU)**

✓ efetuar o depósito de valores em conta vinculada.

✓ em caso de inadimplemento, **efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;**

✓ **estabelecer** o pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.

✓ os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis.



32


2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Educação

AT HOME
AT COMPANY

No fim, a mensagem que fica é que, cedo ou tarde, a mudança sempre irá chegar. Porque o tempo, o tempo não para.



33

2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de BENS E SERVIÇOS
ONLINE 100% AO VIVO

20 A 23 DE SETEMBRO

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Educação

AT HOME
AT COMPANY

AGRADECIMENTOS

 @o_xdagestao
Lindineide Cardoso



34

**SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS!**




NEGÓCIOS
PÚBLICOS